



CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE PROFESSOR DA CARREIRA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR INTEGRANTE DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DO MAGISTÉRIO FEDERAL – EDITAL Nº 005/2013

Área: Direito Financeiro e Tributário

O Concurso, em conformidade com o Art. 13 da Resolução Nº. 08/2007 do Conselho Diretor e Edital Nº. 05/2013, abrangerá as seguintes avaliações:

I) Prova escrita no valor de 100 pontos, de caráter eliminatório

Será avaliada a construção do texto, observando-se a objetividade, clareza, domínio do vernáculo e o domínio teórico em relação ao tema sorteado. (Duração máxima de quatro horas).

II) Prova didática no valor de 100 pontos, de caráter classificatório

Aula de 40 minutos (no máximo 50 minutos), em nível de graduação. Será avaliada a organização lógica do plano de aula, (com apresentação obrigatória do mesmo, por escrito, aos membros da banca), a exposição do conteúdo de forma objetiva, clara, organizada e dinâmica, bem como o domínio do tempo de exposição. Serão disponibilizados os seguintes recursos didáticos: retroprojeto, *data-show*, quadro branco e pincéis.

III) Prova de Títulos

Apreciação de títulos, valendo 100 pontos, de caráter classificatório, com pontuação definida conforme item 6.4 do edital 005/2013.

As questões ou temas das provas escrita e didática serão selecionados por sorteio, na presença dos candidatos, a partir da seguinte lista:

EMENTA DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

1. DIREITO FINANCEIRO. 2. ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO. 3. DESPESA PÚBLICA. 4. RECEITA PÚBLICA. 5. ORÇAMENTO PÚBLICO. 6. DIREITO TRIBUTÁRIO. 7. TRIBUTO. 8. FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO. 9. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. 10. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS. 11. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. 12. IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS. 13. NORMA TRIBUTÁRIA. 14. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. 15. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. 16. ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS. 17. INFRAÇÕES E SANÇÕES TRIBUTÁRIAS. 18. GARANTIAS E PRIVILÉGIO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. 19. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA. 20. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO. 21. PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

PROGRAMA

1. DIREITO FINANCEIRO

- 1.1. Conceito, evolução e autonomia
- 1.2. Relação com os demais ramos do Direito

2. ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO

- 2.1. Conceito
- 2.2. Finalidade

3. DESPESA PÚBLICA

- 3.1. Conceito
- 3.2. Classificação

4. RECEITA PÚBLICA

- 4.1. Conceito
- 4.2. Classificação

5. ORÇAMENTO PÚBLICO

- 5.1. Conceito
- 5.2. Aspectos
- 5.3. Princípios

6. DIREITO TRIBUTÁRIO

- 6.1. Conceito, evolução e autonomia
- 6.2. Relação com outros ramos do Direito

7. TRIBUTO

- 7.1. Conceito
- 7.2. Espécies

8. FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO

- 8.1. Conceito
- 8.2. Classificação

9. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

- 9.1. Vigência e eficácia da norma jurídica no tempo e no espaço
- 9.2. Aplicação futura e pretérita da norma tributária
- 9.3. Interpretação e integração da legislação tributária

10. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

- 10.1. Princípios constitucionais gerais
- 10.2. Princípios constitucionais tributários

11. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

- 11.1. Conceito e modalidades
- 11.2. Competência e capacidade tributária ativa
- 11.3. Exercício de competência tributária
- 11.4. Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade

12. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

- 12.1. Conceito
- 12.2. Distinção entre imunidades, isenção e não incidência
- 12.3. As imunidades tributárias na Constituição Federal

13. NORMA TRIBUTÁRIA

- 13.1. O antecedente e o conseqüente da norma tributária
- 13.2. Hipótese de incidência e fato jurídico tributário
- 13.3. A expressão fato gerador

14. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

- 14.1. Conceito
- 14.2. Natureza
- 14.3. Espécies
- 14.4. Elementos
 - 14.4.1. Os sujeitos da obrigação tributária
 - 14.4.2. Os sujeitos passivos da obrigação tributária
 - 14.4.2.1. Conceito e classificação
 - 14.4.2.2. Capacidade tributária passiva
 - 14.4.2.3. Domicílio tributário
 - 14.4.2.4. Solidariedade
 - 14.4.2.5. Responsabilidade tributária
 - 14.4.2.5.1. Substituição
 - 14.4.2.5.2. Sucessória
 - 14.4.2.5.3. Solidária de terceiros

15. CRÉDITO TRIBUTÁRIO

- 15.1. Conceito
- 15.2. Constituição do crédito
- 15.3. O lançamento do crédito tributário
 - 15.3.1. Conceito
 - 15.3.2. Modalidades
- 15.4. A suspensão e a exclusão do crédito tributário
- 15.5. A extinção do crédito tributário

16. ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS

- 16.1. Noção de isenção tributária
- 16.2. O enquadramento das normas de isenção
- 16.3. Modalidades de isenção
- 16.4. A revogação da lei isencional
- 16.5. As regras isençionais do CTN

17. INFRAÇÕES E SANÇÕES TRIBUTÁRIAS

- 17.1. A estrutura de norma que define a infração e comina a sanção tributária
- 17.2. O ilícito tributário
 - 17.2.1. Espécies
- 17.3. Sanções tributárias
 - 17.3.1. Espécies

18. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

- 18.1. As garantias do crédito tributário
- 18.2. A presunção de fraude na alienação de bens
- 18.3. Os privilégios do crédito tributário
- 18.4. O crédito tributário nos processos:
 - 18.4.1. De falência
 - 18.4.2. De concordata
 - 18.4.3. De inventário
 - 18.4.4. De arrolamento
 - 18.4.5. De liquidação de pessoas jurídicas

19. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

- 19.1. A atividade da administração tributária face à lei
- 19.2. A fiscalização do cumprimento das prestações tributárias
- 19.3. O dever de sigilo e o auxílio de força pública
- 19.4. Dívida ativa
- 19.5. Certidões negativas

20. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

- 20.1. Noções introdutórias
- 20.2. Conceito e fases do procedimento administrativo tributário
- 20.3. Procedimento administrativo preventivo: a consulta
 - 20.3.1. A consulta no âmbito federal
 - 20.3.2. A consulta no âmbito estadual
 - 20.3.3. A consulta no âmbito municipal
 - 20.3.4. A denúncia espontânea
- 20.4. Procedimento administrativo voluntário
 - 20.4.1. A restituição: seu procedimento e suas fases
- 20.5. Procedimento administrativo contencioso
 - 20.5.1. Procedimento administrativo contencioso federal
 - 20.5.1.1. Auto de infração, imposto e multa
 - 20.5.1.2. Defesa e julgamento de primeira instância
 - 20.5.1.3. Recurso voluntário
 - 20.5.1.4. Julgamento de segunda instância
 - 20.5.1.5. Julgamento especial em instância especial
 - 20.5.2. Procedimento administrativo contencioso estadual
 - 20.5.2.1. Auto de infração, imposto e multa
 - 20.5.2.2. Defesa e julgamento de primeira instância
 - 20.5.2.3. Recurso ordinário
 - 20.5.2.4. Pedido de reconsideração
 - 20.5.2.5. Pedido de revisão
 - 20.5.2.6. Sustentação oral
 - 20.5.2.7. Pedido de vista
 - 20.5.3. Procedimento administrativo municipal
 - 20.5.3.1. Início do procedimento
 - 20.5.3.2. Defesa e impugnações
 - 20.5.3.3. Recursos
 - 20.5.3.4. Órgãos julgadores
 - 20.5.4. Eficácia e execução das decisões administrativas

21. PROCEDIMENTO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

- 21.1. Consideração geral
- 21.2. Ações de iniciativa do sujeito ativo
 - 21.2.1. Medida cautelar fiscal
 - 21.2.2. Ação de execução fiscal
 - 21.2.2.1. Introdução
 - 21.2.2.2. Rito processual
 - 21.2.2.3. A legislação de execução fiscal
 - 21.2.3. Ações penais
 - 21.2.3.1. Crime de sonegação fiscal
 - 21.2.3.2. Crime de apropriação indébita de tributos
 - 21.2.3.3. Crime de contrabando
 - 21.2.3.4. Crime de descaminho
 - 21.2.3.5. Crimes contra a ordem tributária
- 21.3. Ações de iniciativa do sujeito passivo

- 21.3.1. Embargos a execução
- 21.3.2. Mandado de segurança
 - 21.3.2.1. Introdução
 - 21.3.2.2. Prazos
 - 21.3.2.3. Juízo competente
 - 21.3.2.4. A liminar
 - 21.3.2.5. A sentença e os recursos
- 21.3.3. Ação cautelar inominada
- 21.3.4. Ação de consignação em pagamento
- 21.3.5. Ações ordinárias
 - 21.3.5.1. Ação declaratória
 - 21.3.5.2. Ação anulatória de débito fiscal
 - 21.3.5.3. Ação de repetição de indébito
 - 21.3.5.4. Ação rescisória

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALEXY, Robert. *Teoria da Argumentação jurídica*, 2ª ed. São Paulo: Landy, 2005.

_____. *Teoria dos direitos fundamentais*. São Paulo: Malheiros, 2008.

AMARO, Luciano. *Direito Tributário Brasileiro*. 17ª ed., São Paulo: Saraiva, 2011.

ATALIBA, Geraldo. *Hipótese de incidência tributária*. 6ª ed., São Paulo: Malheiros, 2003.

AVILA, Humberto. *Teoria dos princípios*. 12ª ed. São Paulo: Malheiros,

_____. *Teoria da igualdade tributária*, São Paulo: Malheiros, 2008.

_____. *Segurança Jurídica*, São Paulo: Malheiros, 2011.

BALEEIRO, Aliomar. *Direito tributário brasileiro*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense (atualização de Misabel Derzi), 1999.

_____. *Limitações Constitucionais ao Poder de tributar*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense (atualização de Misabel Derzi), 2001.

CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de Direito tributário*, 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CARRAZA, Roque Antônio. *Curso de Direito Constitucional tributário*, 23ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. *Curso de direito tributário*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

JARACH, Dino. *O fato impunível*, 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

MARINS, James. *Direito Processual Tributário brasileiro*. 6ª ed. São Paulo: Dialética, 2012.

CAIS, Cleide Previtalli. *Processo Tributário*. 7ª ed. São Paulo: RT, 2011.

NOGUEIRA, Johnson Barbosa. *A interpretação econômica no Direito Tributário*. São Paulo: Resenha Tributária, 1982.

MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de Direito Tributário*, 31ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

PAOLA, Leonardo Sperle de. *Presunções e ficções no Direito Tributário*. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

FREITAS, Juarez. *A interpretação Sistemática do Direito tributário*. 4ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

TOMÉ, Fabiana Del Padre. *A prova no Direito Tributário*. 2ª ed. São Paulo: Moeses 2008.

MENDES, Gilmar Ferreira. *Curso de direito constitucional*. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Banca Examinadora

Titulares:

ALTAMIRANDO PEREIRA DA ROCHA – UFU – Presidente

HUMBERTO BERGMANN ÁVILA – UFRGS – Membro

JAMES JOSÉ MARINS DE SOUZA – PUC/PR – Membro Convidado

Suplentes:

SHIRLEI SILMARA DE FREITAS MELLO – UFU – Presidente

UBALDO CÉSAR BALTHAZAR – UFCS – Membro

BETINA TREIGER GRUPENMACHER – UFPR – Membro Convidado